

O efeito Trump 2.0

Trump 2.0 e a Ordem Internacional (pós) Liberal
Teresa Nogueira Pinto

Trump e a Revolução Externa
Vasco Rato

Trump 2, China e Ásia/Indo-Pacífico: Continuidades e Descontinuidades
Luís Tomé

A Rússia de Putin e o Regresso de Trump à Liderança Norte-Americana
Sónia Sénica

DIRETORA

Isabel Ferreira Nunes

COORDENADOR EDITORIAL

Luís Cunha

CENTRO EDITORIAL

António Baranita

PROPRIEDADE, DESIGN GRÁFICO E EDIÇÃO

Instituto da Defesa Nacional

ISSN 2182-5327

Depósito Legal 340906/12

O efeito Trump 2.0

Trump 2.0 e a Ordem Internacional (pós) Liberal

Teresa Nogueira Pinto

Universidade Lusófona

O resultado das eleições americanas veio confirmar um conjunto de alterações substanciais na política americana, que terão, uma vez mais, consequências importantes no domínio da política internacional e das relações internacionais. Assim, por um lado, a cristalização de importantes transformações nas bases de apoio, na agenda, e na retórica do Partido Republicano deverão ter, como em 2016, repercussões no domínio da política europeia, onde assistimos já a importantes processos de reconfiguração dos sistemas partidários em vários países, e à crescente saliência de temas como a imigração. Por outro lado, no domínio da política externa, a próxima administração Trump, assente no princípio da “paz pela força”, formalizará o regresso de uma abordagem mais realista e pragmática, e menos liberal e ideológica, à ordem internacional.

A análise de relação entre causas e efeitos sugere, no entanto, que estas alterações, tanto no plano da política americana quanto no domínio internacional, são sintomas ou consequências de um conjunto de fatores de natureza estrutural, mais do que causas do “fenómeno Trump”.

Neste contexto, e para a análise e compreensão do momento atual, é considerar duas tendências evidentes no âmbito do sistema internacional, e que antecedem a primeira administração Trump. A primeira é o que alguns autores têm descrito como um processo de desglobalização e outros, mais cautelosos, como uma desaceleração do processo de globalização (*slowbalization*).¹

Após o fim da Guerra Fria o mundo entrou num período de hiperglobalização, caracterizado pela aceleração de processos de cooperação e integração no plano internacional, no domínio económico, cultural e político. Um momento muito marcado pelo otimismo do internacionalismo liberal que caracterizou a década de 90. Dois indicadores, no entanto, sugerem que este período terminou em 2008. O primeiro, de natureza económica, foi a diminuição do peso do comércio internacional no PIB global, refletindo os efeitos da crise económica e financeira. O segundo, de natureza geopolítica, foi a invasão da Geórgia. Estes primeiros sinais seriam reforçados, mais tarde, pelo BREXIT, pela primeira vitória de Donald Trump, e pelos efeitos da pandemia de Covid 19. Todos estes acontecimentos apontam para uma crise do multilateralismo e para a relevância, inescapável, da soberania como princípio estruturante da ordem internacional.

Na verdade, as duas primeiras décadas do século XXI caracterizaram-se por sinais de desafio à hegemonia norte-americana, acompanhados pela ascensão de uma outra superpotência, a China, e de médias potências como a Índia ou a Turquia. Neste contexto, houve uma progressiva substituição da unipolaridade, ou da uni-multipolaridade, que caracterizou o período pós-Guerra Fria por um quadro marcado pelo aumento da competição e tensão entre potências e blocos geopolíticos ou geoeconómicos, formados a partir de alianças de geometria variável.

Um outro fator, diretamente relacionado com o primeiro e também relevante para a compreensão do contexto atual, é a crise do multilateralismo, depois de um período caracterizado pela expansão em número, dimensão e competências de várias organizações internacionais. Esta crise manifesta-se de várias formas: no falhanço da Ronda de Doha no quadro da Organização Mundial do Comércio (OMC), no insucesso de sucessivas operações de manutenção da paz em várias latitudes ou, mais recentemente, no desânimo que caracterizou a COP29 em Baku, marcada por ausências de peso. Uma crise que tem sido atribuída à dificuldade em encontrar consensos no âmbito de organizações que são cada vez mais diversas, congregando membros com interesses distintos e muitas vezes irreconciliáveis, e à excessiva burocratização de algumas organizações internacionais, incapazes de implementar agendas cada vez mais ambiciosas. Valerá a pena, neste contexto, considerar o que têm em comum Xi Jinping, Narendra Modi, Recep Tayyip Erdoğan, Vladimir Putin ou Donald Trump. Uma resposta possível é um entendimento semelhante sobre o conceito e sede da soberania, bem como uma visão realista da política e das relações internacionais, assente na velha ideia hobbesiana de que os pactos sem espada são meras palavras. São, por isso, cétricos relativamente ao internacionalismo liberal e cosmopolita que ganhou saliência no período pós-Guerra Fria, acompanhado pela ideia do fim da História e de uma vitória definitiva, pelo menos no plano das ideias, da democracia liberal e da economia de mercado. Neste contexto, a vitória expressiva de Donald Trump pode ser lida como uma confirmação de que a linha de política externa anterior, marcada ideológica e estrategicamente pelo neo-conservadorismo, foi substituída por uma abordagem

– ou “razão de Estado” – e, por isso mesmo, menos ideológica. Uma linha que rompe não apenas com o universalismo wilsoniano, mas também com a ideia de que o excepcionalismo americano da “cidade brilhante na colina” faz da América a portadora de uma missão civilizacional. Até porque, segundo a atual articulação da Política Externa americana, foi essa ordem internacional liberal, assente em regras e nas dinâmicas do multilateralismo, que abriu caminho ao processo de declínio americano, em benefício de atores como a China.² O “Leviatã Liberal” falhara na sua promessa de manter a paz e a estabilidade internacional.³

É importante compreender estas mudanças, desde logo porque é expectável que o nacional-populismo, de um lado e outro do Atlântico, continue a influenciar a política externa dos Estados Unidos, da União Europeia e dos seus Estados-membros. E que o regresso da política como confronto entre convicções e programas distintos, nos planos internos, continue a fazer-se acompanhar pelo regresso do conflito numa ordem internacional que é mais hobbesiana do que kantiana. Para analistas e académicos, a questão mais relevante dos próximos anos será a de compreender se estamos a assistir ao fim da ordem internacional liberal. Para os decisores políticos, será a de entender como se poderá moldar a ordem que se segue.

Notas

¹ Veja-se, por exemplo, Peter A. G. van Bergeijk (2019), *Deglobalization 2.0: Trade and Openness During the Great Depression and the Great Recession*. Edward Elger.

² Veja-se Vasco Rato (2023), *Tsunami: Trump, Trumpismo e a Europa*. Actual Editora.

³ G. John Ikenberry (2012). *Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order*, Princeton University Press.

Trump e a Revolução Externa

Vasco Rato

Assessor do IDN e antigo Presidente da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Donald Trump preconiza nada menos do que uma revolução na política externa dos Estados Unidos. A sua abordagem ao mundo assenta na premissa de que o país se encontra numa trajetória de declínio cuja inversão obriga a um corte com as linhas mestras do “internacionalismo liberal” que pautou a atuação de Washington ao longo das décadas mais recentes. Afastadas as “elites globalizadas” do “pântano” que orientaram a política exterior, elites que o novo presidente responsabiliza pelo declínio nacional, pretende restaurar a primazia internacional que permitirá fazer a “América grande novamente”. Trata-se de uma visão que contrasta com as sensibilidades europeias, pois a lógica da revolução *trumpiana* indicia o fim da ordem liberal assente em regras.

Apesar dos anseios quanto ao “isolacionismo” de Trump, a nova administração não tenciona “retirar” os EUA da cena mundial, como aconteceu, por exemplo, depois da Primeira Grande Guerra. A rivalidade com a China, a rede de compromissos existentes nos quatro cantos do mundo e a complexidade do sistema internacional impossibilitam essa opção. Acredita, porém, que o país deve prosseguir um envolvimento seletivo com o exterior pautado pelas exigências do interesse nacional. O multilateralismo sairá enfraquecido e o país agirá sozinho quando for necessário. Esta retração significa que os aliados terão de assumir uma fatia maior dos encargos de segurança, do funcionamento das organizações internacionais e da reforma do

comércio internacional. Nada disto faz de Trump um apologista do isolacionismo porque a sua visão de liderança internacional não dispensa de aliados. Mas não aceita que sejam os EUA a suportar uma fatia desproporcional dos custos inerentes ao fornecimento da segurança e dos bens coletivos internacionais que sustentaram a ordem liberal.

Para o presidente, a força e a resiliência nacionais são indispensáveis para que os Estados Unidos continuem a prosperar num mundo perigoso. Ao longo do seu primeiro mandato, Trump empregou a força com parcimónia, pois prefere utilizar tarifas e sanções quando lida com aliados e adversários. Usada com prudência, a força militar deixará de ser o instrumento privilegiado para "refazer o mundo" à imagem da América, para promover a democracia e para defender os valores liberais. Pensa que o poderio militar – conjugado com a vontade clara de o utilizar quando necessário – levará, por si só, rivais e aliados a agirem em conformidade com os interesses da Casa Branca. Aliados serão obrigados a fazer uma avaliação mais honesta dos benefícios e dos custos inerentes ao relacionamento com os Estados Unidos. Quanto aos rivais, terão de fazer uma avaliação mais realista dos riscos e dos custos dos seus comportamentos imprudentes. A primazia internacional assente em "Forças Armadas fortes" visa, portanto, moldar o comportamento de aliados e adversários.

A prioridade da nova administração reside na reestruturação das regras do comércio internacional, denunciadas por Trump como a principal causa do declínio americano. Essa reestruturação far-se-á através da imposição – ou a ameaça da imposição – de tarifas alfandegárias, instrumentos que visam alterar a paisagem geoeconómica mundial. A lógica das tarifas não é económica, pois Trump

olha-as como instrumentos geopolíticos que visam moldar o comércio internacional de modo a corrigir desequilíbrios na balança comercial americana e reduzir as vulnerabilidades resultantes da globalização. Acreditando que as regras comerciais em vigor prejudicam os EUA, Trump prepara-se para aumentar o custo do acesso ao mercado americano e, assim, transformar a economia internacional.

No âmbito da segurança internacional, com o propósito de conter a expansão da influência chinesa e de conquistar novos mercados, continuará a promover o "pivot para a Ásia". Os dois objetivos reforçam-se mutuamente, pois a contenção do poderio de Pequim passa pelo desenvolvimento de uma política industrial que possa tornar mais resilientes as cadeias de produção globalizadas. A redução das vulnerabilidades dos Estados Unidos – ou seja, a desglobalização – passou a ser um elemento inerente ao fortalecimento da segurança americana.

À medida que as prioridades de Trump em política externa se tornam patentes, corre-se o risco do regresso à discórdia transatlântica em torno da NATO, da paz na Ucrânia e, em particular, das relações comerciais euro-americanas. Saliente-se que o entendimento transacional de Trump da política exclui o estabelecimento de uma inequívoca linha de demarcação entre amigos e inimigos. Num mundo de soma-zero pautado pela duplicidade e pelo *free-riding*, os "amigos" podem ser ainda mais ameaçadores dos interesses americanos do que os inimigos. Enquanto os rivais balizam o seu comportamento pelo previsível *give and take* da negociação transacional, os aliados beneficiavam de garantias de segurança para as quais não contribuem financeiramente de modo significativo. É por esta razão que a polémica em torno

da partilha de custos – o *burden-sharing* – no âmbito da NATO se arrastou durante o anterior mandato de Donald Trump. A partir desta constatação, Trump conclui que a inversão do declínio passa pela reconfiguração das relações com os inimigos, mas, também, pela urgente redefinição das relações com os aliados, incluindo a União Europeia, que, em tempos, Trump caracterizou como o "maior inimigo" do seu país.

Evidentemente, Trump suscita enormes preocupações nas chancelarias aliadas porque a sua política externa visa redefinir as regras, normas e instituições que sustentaram a ordem liberal internacional. Durante o primeiro mandato de Trump, países aliados – em particular, os europeus – acreditaram que a ambiguidade de Trump quanto à ordem liberal era uma excentricidade que não encontrava ressonância no país. Encararam o *trumpismo* como um fenómeno passageiro, acreditando que a "normalidade" regressaria à relação transatlântica quando Trump abandonasse a Casa Branca. Era uma ilusão, pois o sismo eleitoral de 2016 anunciava a morte lenta da ordem liberal, ameaçada pelo surgimento da China, pelo revisionismo russo e pelos crescentes estrangimentos impostos ao exercício do poderio americano. De regresso à presidência, Trump não aponta para um mundo mais liberal. Aponta para um mundo crescentemente *hobbesiano* de rivalidades intensas, um mundo pós-Atlântico centrado no Indo-Pacífico. Entre 2017 e 2021, moldou esse novo mundo. Agora, prepara-se para levar essa revolução à sua

conclusão. Eis o "novo normal" que confronta os países europeus.

Trump 2, China e Ásia/Indo-Pacífico: Continuidades e Descontinuidades

Luís Tomé

Professor Catedrático e Diretor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) Investigador Integrado no Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI)

Na sua Presidência anterior, Trump descontinuou quase tudo o que vinha da Administração Obama, desde o Acordo de Paris ao Acordo P5+1 com o "Irão nuclear", mas manteve prioritária a Ásia/Indo-Pacífico e a centralidade da China na política externa e de segurança dos Estados Unidos. Consumado o "parêntesis", a segunda Presidência Trump desconstruirá novamente muito do que vem da Administração Biden, mas dará continuidade a linhas essenciais relativamente ao "Indo-Pacífico" e à China, já que a Presidência Biden também as continuou de Trump 1 – incluindo o *leitmotiv* "Indo-Pacífico Livre e Aberto", a competição global com a China e a valorização do Quad (EUA, Japão, Austrália e Índia). Além disto, é provável que Trump 2 dê continuidade a certos legados de Biden, como o regresso militar dos EUA a bases nas Filipinas, o eixo trilateral EUA-Japão-Coreia do Sul, o pacto AUKUS com a Austrália e o Reino Unido, os novos laços com países-ilhas do Pacífico Sul ou o reforço da cooperação entre a NATO e os quatro parceiros da Ásia/Indo-Pacífico (Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia). Onde provavelmente haverá descontinuidades é na articulação com aliados e parceiros dos EUA e nas áreas de (não) cooperação com Pequim.

Em plena fase de transição para Trump 2, os Presidentes Biden e Xi reuniram bilateralmente pela terceira e última vez, à margem da cimeira da Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC), no Peru, em novembro, congratulando-se ambos pela "competição responsável" evidenciada no combate às alterações climáticas e ao tráfico de fentanil e no novo acordo para que as armas nucleares sejam controladas por humanos e não por inteligência artificial. Biden sublinhou a importância da estabilidade nas relações e da cooperação bilateral, mas também a preocupação dos EUA com o apoio chinês à Rússia, a participação de tropas norte-coreanas na guerra contra a Ucrânia e a pressão belicista de Pequim no Mar do Sul da China e sobre Taiwan. Xi disse que "a China está pronta para trabalhar com o novo Governo" dos EUA, mas sublinhando "quatro linhas vermelhas" que "não devem ser desafiadas": a questão de Taiwan, democracia e direitos humanos, o rumo e o sistema da China, e o direito de desenvolvimento da China.

Relativamente ao fentanil, um opiáceo sintético que Washington estima ter matado quase 75.000 americanos só em 2023, Trump tem atacado Pequim por não fazer tudo o que devia, incluindo as promessas que, segundo ele, as autoridades chinesas fizeram de aplicar a pena de morte às pessoas apanhadas a produzir ingredientes e a traficar fentanil. E ao invés de Biden, não se antevê que o clima e a inteligência artificial (IA) sejam áreas de cooperação entre Trump 2 e a China de Xi, bem pelo contrário. Com efeito, Trump descreve o desenvolvimento da IA como uma "corrida ao armamento" com a China, que "vai mudar o mundo".

Quanto às alterações climáticas, Trump questionou repetidamente a sua cientificidade e a responsabili-

de humana, e considera a transição energética "uma burla" que "favorece a China" e provoca desemprego nos EUA. Comprometeu-se, assim, a expandir a exploração de combustíveis fósseis, a reverter muitas das iniciativas de Biden no domínio da energia limpa, a reduzir significativamente a regulamentação ambiental e a retirar novamente os EUA do Acordo de Paris de 2015. Ora, o abandono de Trump 2 dos esforços globais nesta área não terá apenas implicações na relação com Pequim, trará divergências e tensões também com aliados e parceiros dos EUA, da UE ao Japão. O mesmo se poderá dizer, aliás, a respeito de algumas áreas relacionadas com "linhas vermelhas" traçadas por Xi.

Democracia e direitos humanos nunca foram prioridades de Trump, e é provável que a sua segunda Presidência abandone a retórica "Democracias vs. Autocracias" e a "Cimeira da Democracia" promovidas por Biden. Ainda assim, é uma dimensão que Trump 2 deverá voltar a usar contra Pequim, designadamente, a propósito do Tibete e dos Uigures. Na Presidência anterior, Trump reuniu com representantes dos Uigures, minoria muçulmana turcófona do Xinjiang, província no oeste da China, e assinou legislação sancionando funcionários chineses envolvidos em violações dos direitos humanos dos Uigures. De igual modo, promulgou a "Lei de Política e Apoio ao Tibete", reafirmando o apoio ao Dalai Lama e o reconhecimento da Administração Central Tibetana como a instituição legítima que reflete as aspirações dos tibetanos.

À semelhança da primeira Presidência, durante a qual aumentou taxas alfandegárias a importações da China, numa média de 18% e algumas atingindo 25%, Trump ameaça agora aumentar tarifas até

60% a produtos fabricados na China, acabar definitivamente com o estatuto de “nação comercial mais favorecida” da China, proibir totalmente o investimento americano na China e restringir os investimentos chineses nos EUA. Diz também que vai “eliminar gradualmente” as importações de produtos eletrônicos, aço e produtos farmacêuticos fabricados na China, “eliminar completamente a dependência da China em todas as áreas críticas”, e acabar com os “privilégios injustos” que a China obteve desde que aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC). A competição promete intensificar-se, particularmente, na área tecnológica, na linha do que fez Trump 1: introduziu controles à exportação de semicondutores e de equipamento de fabrico de *chips*, proibiu as exportações de alta tecnologia para a China, deu aos reguladores americanos maior poder para analisar as aquisições chinesas nos EUA e noutros países, e restringiu a atividade e sancionou empresas chinesas como a gigante tecnológica e das telecomunicações Huawei ou a SMIC, maior fabricante de *chips* da China.

Há, todavia, outros sinais a considerar. Por exemplo, Trump opõe-se à potencial proibição do TikTok que vem da Presidência Biden. E Elon Musk, designado para liderar um novo “departamento de eficiência governamental”, contrasta com os muitos “falcões anti-China” na órbita do Presidente eleito, já que tem relações de grande proximidade com dirigentes chineses, incluindo o Primeiro-Ministro Li Keqiang, e avultadíssimos investimentos na China, designadamente, em Shangai, onde está a maior fábrica da Tesla do mundo. Se Musk terá algum papel e impacto no relacionamento entre Trump 2 e Pequim, está para se ver. Acontece que Trump ameaça, igualmente, aumentar tarifas alfande-

gárias a importações de aliados e parceiros tradicionais dos EUA, tal como na Presidência anterior: desfez o NAFTA substituindo-o pelo USMCA – United States, Mexico, Canada Agreement –, e ameaça agora uma tarifa de 25% sobre todos os produtos provenientes do México e do Canadá; e acabou com as negociações para a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) com a UE, sugerindo agora uma tarifa de 10% sobre os produtos da UE exportados para os EUA. Similarmente, tal como retirou os EUA da Parceria Trans-Pacífico (TPP) lançada pela Administração Obama, Trump promete acabar com o Quadro Económico Indo-Pacífico (IPEF) – iniciativa da Administração Biden, ligando os EUA e 13 parceiros da região –, que apelida de “TPP 2”.

Estas ameaças fazem parte de uma “estratégia negocial” de utilizar as tarifas para atingir fins geopolíticos como, aliás, reconhece a escolha de Trump para Secretário do Tesouro, Scott Bessent, dizendo serem um “instrumento útil para alcançar os objetivos de política externa do Presidente” e que, se trata, no fundo, de “escalar para desescalar”. Seja como for, se Trump 2 concretizar muito do que promete, irá prejudicar as relações com aliados e parceiros dos EUA. E relativamente à China, até aproveitando a atual posição mais vulnerável da economia chinesa comparativamente ao período da sua anterior Presidência, vai dificultar os planos de Xi Jinping de transição “do crescimento rápido para uma fase de desenvolvimento de alta qualidade”, desafiando “linhas vermelhas” de direito de desenvolvimento da China e o rumo da China – acirrando as relações entre as duas maiores economias do mundo.

As tensões bilaterais poderão agravar-se também a respeito das disputas territoriais da China com países vizinhos, já que, à semelhança

dos presidentes predecessores e da Administração Biden, Trump rejeitou sempre todas as reivindicações territoriais chinesas nos Mares do Sul e Oriental da China, e denuncia a “campanha de intimidação” de Pequim nas águas e ilhas disputadas. Quanto à questão de Taiwan, Trump 2 deverá manter a tradicional “ambiguidade estratégica” dos EUA, provavelmente, com algumas nuances face a Biden. Em 2016, Trump tornou-se o primeiro Presidente dos EUA ou Presidente eleito desde 1979 a falar diretamente com o seu homólogo de Taiwan – no caso, a Presidente Tsai Ing-Wen. Trump 1 prestou apoio consistente a Taipé, incluindo o aumento da venda de armas e de patrulhas da Marinha americana no Estreito de Taiwan. Mas já este ano, Trump disse que Taiwan “devia pagar” pela sua proteção, e quando questionado se os EUA deveriam defender militarmente Taiwan no caso de agressão chinesa – pergunta a que Biden respondeu afirmativamente diversas vezes –, Trump recusou-se a responder, dizendo não querer “mostrar todas as minhas cartas”.

Trump é igual a Trump e quer retomar o que deixou por concluir em 2021, mas o mundo em 2024-25 é muito diferente do da sua primeira Presidência – a começar pelos impactos sistémicos da Guerra Russo-Ucraniana, a consolidação da aliança entre a China e a Rússia e as muito maiores interligações geopolíticas entre a Ásia/Indo-Pacífico e a Europa. Paralelamente, há tendências estruturais que se mantêm, incluindo o relativo declínio dos EUA e o recuo da ordem internacional liberal. Neste quadro, se a grande estratégia de Trump 2 na competição com a China passar por uma paz na Ucrânia que “obrigue” Kiev e os aliados europeus a satisfazer as reivindicações russas, tentando assim atrair a Rússia e afastá-la da China, vai provavelmente

fracassar e ainda incentivar mais expansionismo de Moscovo e de Pequim, agravando problemas futuros de segurança nas duas regiões e no mundo. Similarmente, Trump 2 fracassará se presumir resolver todos os problemas “olhos nos olhos” com Xi Jinping – que na campanha elogiou como “homem brilhante com punho de ferro” – e com Putin – “inteligente e duro”.

Por outro lado, se o “America First” de Trump 2 assentar unicamente no protecionismo e no unilateralismo, e voltar a implicar ataques e tarifas dirigidos a aliados e parceiros dos EUA e a alienação das suas preocupações, a par de um renovado desinteresse no “Sul Global”, favorecerá a nova “ofensiva de charme” da China, que já começou, e acelerará quer o declínio dos EUA, quer o desmantelamento da ordem liberal. Mas há a possibilidade de Trump 2 operar a este respeito descontinuidades face a Trump 1.

Entre continuidades e descontinuidades, não é possível saber ao certo o que será Trump 2 e os seus efeitos. Em qualquer caso, não devem os aliados e parceiros dos EUA usar a “desculpa Trump” para não fazer o que é necessário pelos seus próprios interesses e valores.

A Rússia de Putin e o Regresso de Trump à Liderança Norte-Americana

Sónia Sénica

Universidade Autónoma de Lisboa (UAL),
Instituto Português de Relações Internacionais
(IPRI-NOVA)

No quadro de uma política externa russa pragmática, assertiva e militarizada, a invasão da Ucrânia emerge como um momento decisivo na atual transição de poder da ordem internacional. O carácter disruptivo desta de-

cisão política russa, deu azo não apenas à atual confrontação estratégica entre o Ocidente alargado, de liderança norte-americana e a Federação Russa apoiada pelos seus parceiros e aliados, o denominado “eixo da conveniência”¹, composto pela China, alargado agora ao Irão e à Coreia do Norte, como também enfatizou um agudizar da narrativa oficial russa que argumenta o declínio ocidental. O carácter multinível da crise ucraniana, bem como o seu impacto, levou não apenas à internacionalização do conflito, como de igual modo a uma estratégia ocidental reativa de dupla abordagem: equipar a Ucrânia de armamento ocidental numa guerra considerada existencial e aplicar medidas restritivas e sancionatórias à Rússia visando o seu isolamento internacional. É certo que a Ucrânia não perdeu, nem a Rússia venceu, mas o foco em demasia na dimensão estratégico-militar em detrimento da dimensão político-diplomática não tem sido abonatória para a liderança ucraniana fazer vingar a sua “fórmula da paz”, “plano de vitória”² ou alcançar a almejada “paz justa”, que em última instância, significa o restabelecimento da soberania e da integridade territorial da Ucrânia. O conflito perdura até à atualidade e é um dos legados da Administração Biden que o Presidente eleito, Donald Trump, faz questão de afirmar que pretende ver resolvido de forma célere. Significando eventualmente o fim do apoio norte-americano, exigindo-se possíveis cedências territoriais ucranianas e a possibilidade de adesão à União Europeia em detrimento da Aliança Atlântica, após negociação sob mediação internacional.

As prontas felicitações endereçadas pelo presidente russo ao candidato

vencedor das presidenciais norte-americanas, demonstram uma alteração já por si paradigmática no posicionamento político por parte de Moscovo. Ao até agora momento “mais baixo” das relações bilaterais entre os Estados Unidos da América e a Rússia (Peskov, 2023)³ ou da iminência de um “confronto direto entre os dois países”⁴ (Lavrov, 2024), a mudança na liderança política norte-americana parece indiciar o início de um novo ciclo do relacionamento entre Washington e Moscovo. É certo que o Presidente Trump trará mais preparação e experiência política para a Administração Trump 2.0 e parece irrefutável que a conjuntura internacional tenha mudado, mas algo permanece imutável: o presidente Putin mantém a sua liderança política desde 2000, uma previsibilidade no quadro de uma certa imprevisibilidade que lhe é reconhecida.

Percebendo-se de forma prévia que a agenda externa norte-americana com Trump focar-se-á muito mais em contrariar o poder económico do desafiador sistémico chinês; em contrariar os interesses estratégicos do Irão no Médio Oriente, mantendo o apoio incondicional a Israel; em exigir aos parceiros europeus um maior empenho financeiro para questões de defesa no quadro da Aliança Atlântica e numa menor relevância dada ao epíteto do multilateralismo, que é o sistema onusiano; a Ucrânia parece configurar apenas uma dinâmica de conflitualidade onerosa e quer conter o avanço da influência russa, no que Moscovo considera ser o seu espaço vital, o espaço pós-soviético, não consta das prioridades dos Estados Unidos da América.

Nessa medida, a nova liderança norte-americana poderá bem servir os propósitos do Kremlin, cuja agen-

da de política externa se mantém a mesma em torno de três princípios essenciais: i) pautar a sua atuação por uma política assertiva e militarizada visando um expansionismo de revisionismo histórico (neo-imperial); ii) obter o reconhecimento internacional da Rússia como um grande poder com direito à sua área de influência (espaço pós-soviético) e iii) advogar uma ordem mundial multipolar e apostar no multilateralismo alternativo ao Ocidente – caso do alargamento dos BRICS ou da Organização de Cooperação de Xangai. Na verdade, foi o Presidente Biden aquando do primeiro encontro com o seu homólogo russo em Genebra, em 2021, que afirmou que “a Rússia é um grande poder”⁵. Terá sido essa uma das motivações que levaram à decisão de se iniciar a “operação militar especial” em solo ucraniano. De igual modo, a ausência de uma resposta mais robusta da parte do Ocidente, aquando da anexação da Crimeia em 2014, terá contribuído para a aprendizagem russa de boas práticas das reações ocidentais e, finalmente, o retraimento norte-americano no Médio Oriente com a Administração Obama mais focada no Indo-Pacífico ou a menor relevância dos laços euro-atlânticos aquando da primeira Administração Trump, permitiram à Rússia de Putin reforçar alianças e parcerias de acordo com a prossecução do seu interesse nacional: a preservação da atual liderança no poder, a proteção do regime russo, a defesa da Pátria russa.

De entre as várias sensibilidades existentes no Kremlin e no círculo político restrito próximo do presidente Putin, é possível que os “ocidentalistas” estejam novamente a dominar e a contribuir para uma nova abordagem política a Washington movidos por um imperativo de *reset policy*, visto que com esta nova liderança de

Trump poderá haver uma normalização do relacionamento com Moscovo em detrimento da beligerância e que a mesma resultará numa confluência de interesses que outrora opunham os dois países, nomeadamente na Europa. Percebendo-se assim, a defesa da autonomia estratégica por parte de algumas lideranças europeias preocupadas com a enorme dependência da Europa, sendo refém das dinâmicas político-partidárias do seu parceiro norte-americano. No entanto, e tal como referiu o presidente russo “de que nada será igual ao que era antes”⁶, a realidade da política internacional não é a mesma de quando o Presidente Trump chegou à liderança dos Estados Unidos da América em 2017. A Rússia de Putin tem hoje uma parceria estratégica ilimitada com a China de Xi Jinping e entre os seus parceiros privilegiados constam o Irão de Sayyid Khamenei. Em certa medida, para tal terá contribuído a perceção sino-russa da existência de um cerco ocidental criado ao longo de anos com a instalação próxima de bases militares norte-americanas, com o alargamento da Aliança Atlântica e com o aparecimento de novas plataformas multilaterais de cooperação (AUKUS, QUAD, Acordo Tripartido entre os Estados Unidos da América, o Japão e a Coreia do Sul), que terão motivado o estreitar de laços entre os regimes iliberais que têm como denominador comum ter como principal opositor no sistema internacional precisamente Washington. Dada a extrema dependência de Moscovo a Pequim, perfila-se uma nova encruzilhada para a Rússia de Putin perante uma maior assertividade da nova Administração Trump face à China de Xi Jinping.

Notas

¹ Lo, Bobo (2008), “Russia-China: Axis of convenience”, Center for European Reform, in: <https://www.cer.eu/in-the-press/russia-china-axis-convenience> (última consulta em 17 de novembro de 2024).

² “Volodymyr Zelensky Victory Plan for Ukraine: 3 Key Takeaways”, 23 de setembro de 2024, in: <https://www.newsweek.com/zelensky-ukraine-victory-plan-1957845> (última consulta em 17 de novembro de 2024).

³ Reuters, “Russia says relations with the US at an all time low”, de 20 de janeiro de 2023, in: <https://www.reuters.com/world/europe/russia-says-relations-with-us-an-all-time-low-2023-01-20/> (última consulta em 17 de novembro de 2024).

⁴ Alarabiya, “US, Moscow on the “brink” of direct Conflict, Lavrov warns”, de 01 de novembro de 2024, in: <https://english.alarabiya.net/News/world/2024/11/01/us-moscow-on-brink-of-direct-conflict-lavrov-warns> (última consulta em 17 de novembro de 2024).

⁵ CNN, “Biden and Putin hold high-stakes Geneva summit”, de 16 de junho de 2021, in: <https://edition.cnn.com/world/live-news/biden-putin-meeting-geneva-updates-intl/index.html> (última consulta em 17 de novembro de 2024).

⁶ TVI, “Putin diz que Ocidente vive na ilusão do poder eterno”, de 17 de junho de 2022, in: <https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dc006243d0cf/video/62acd2b10cf2ea367d41c47b> (última consulta em 17 de novembro de 2024).

Referências

BBC News, 2014. Putin’s chief spokesperson: “We have our red lines”. 19 de novembro. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/av/world-europe-30113821> [18.04.2022].

Freire, M. R., 2017. A política externa russa no “interméstico”: uma abordagem construtivista. *Relações Internacionais*, 55, 35-49. Disponível em: <https://doi.org/10.23906/ri2017.55a03> [18.04.2022].

Freire, M. R. e Daehardt, P., coord., 2014. *A Política Externa Russa no espaço euro-atlântico: Dinâmicas de cooperação e de competição num espaço alargado*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Grigas, A., 2016. *Beyond Crimea: The new Russian Empire*. Yale: Yale University Press.

Lipman, M., 2006. Putin's "sovereign democracy". *Carnegie Moscow*. Disponível em: <https://carnegiemoscow.org/2006/07/15/putin-s-sovereign-democracy-pub-18540> [18.04.2022].

Putin, V., 2022. Address by the President of the Russian Federation. The Kremlin, Moscow, a 24 de fevereiro de 2022. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67843> [18.04.2022].

Putin, V., 2007. Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy, a 10 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034> [18.04.2022].

Reuters, 2017. Biden calls Russia biggest threat to international order, 18 janeiro. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-davos-meeting-biden-idUSKBN15217E> [18.04.2022].

RFE/RL, 2018. Lavrov Says Western "Russophobia" Worse Than During Cold War, 22 janeiro. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/russia-lavrov-russophobia/28989014.html> [18.04.2022].

Stent, A., 2019. *Putin's World: Russia Against the West and with the Rest*. New York: Twelve.

Stoltenberg, J., 2022. Secretário-Geral da NATO, Conferência de imprensa após reunião em Bruxelas, a 25 de fevereiro de 2022.

Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_192455.htm [18.04.2022].

Trenin, D., 2019. Russia facing Europe: a provisional Road Map. *Carnegie Moscow Center*. Disponível em: <https://carnegiemoscow.org/commentary/80014> [18.04.2022].

Sénica, S., 2023. A confrontação estratégica entre a NATO e a Federação Russa: o carácter disruptivo da invasão russa da Ucrânia. In Xavier, A. I., e Correia, J. M., coord., *A NATO e as relações transatlânticas: de Madrid a Vilnius*. Lisboa: Universidade Lusíada.

Sénica, S. 2023. A expansão da NATO, a Ucrânia e a deterioração das relações EUA-Rússia. In Loureiro, F., coord., *Linha vermelha: a guerra da Ucrânia e as relações internacionais no século XXI*. Campinas, Editora Unicamp.

Sénica, S. 2023. A União Europeia e a Rússia no século XXI: parceiros ou adversários? In Freire, M. R. e Nascimento, D., coord., *União Europeia como ator internacional: Paz e Segurança nas narrativas e práticas*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Sénica, S. 2022. The Bear has taken the honey: Putin's Russia predictability. In Tüfekçi, Özgür e Dağ, Rahman, eds., *Trends and Transformation in World Politics*. Lexington Books.